

os padrões, projetos, orçamento, especificações, classificações, planos e condições contratuais a que se refere o Decreto nº 27167, de 4 de Janeiro de 1.957, supra citado.

Artigo 6º A despesa com a execução da presente lei correrá por conta da verba própria do orçamento.

Artigo 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Grefitima Municipal de Orlandoia
5 de Novembro de 1.960.

a) Dr Pedro Tassinari Filho, Grefitito Municipal.

En, Jaime Jordão, Escriturário
da Receita e Despesa, nesta data regis-
trou.

Pedro Tassinari Filho

Ley nº 402
De 30 de Novembro de 1960
Orça a Receita e fixa a Des-
pesa do município de Orlandoia,
para o exercício de 1.961
em cruzeiros 21.300.000,00 (Vinte e um
mil e trezentos cruzeiros).

Fago saber que a Câmara Munici-
pal de Orlandoia, aprovou, e eu, Pedro
Tassinari Filho, Grefitito Municipal, sas-

ciono e promulgo a seguinte lei:

Capítulo 1º

Da Receita Geral

Artigo 1º O Receita Geral do Município de Olándia, para o exercício de 1.961, é orçada em crs. 21.300.000,00 (Vinte e um milhões e trezentos mil - cruzados) e será arrecadada de acordo com a legislação em vigor, obedecendo a seguinte classificação:

10	0	1º Receita Ordinária	
20	0	2º Receita Tributária	
30	0	a) Impostos	
40	0-11-1	Imposto Territorial	
	0	Imposto Territorial Urbano	200.000,00
50	0-12-1	Imposto Predial	
	0	Imposto Predial Urbano	2.500.000,00
60	0-17-3	Imposto Sobre Indústria e Profissões	
	0	Imposto de Indústrias e Profissões	1.600.000,00
70	0-18-3	Imposto de Licenças	
	0	Imposto de Licenças	440.000,00
80	0-27-3	Imposto Sobre Jogos e Diversão	
	0	Imposto Sobre Jogos e Diversões	7.000,00
90	8	Total dos Impostos	4.547.000,00
100	9	b- Taxas	
110	1-11-2	Taxa Rodoviária	
	1	Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem	750.000,00
120	1-21-4	Taxa de Expediente	
	1	Taxa de Expediente	20.000,00
130	1-23-4	Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos	

Artigo 3º Qualquer pagamento a ser efetuado referente ás verbas de auxílios, subsídios e contribuições, previstos na presente lei orçamentária, ficam subordinados à existência de recursos financeiros, por dependerem da normal arrecadação das rendas municipais no decorrer do exercício.

Artigo 4º O presente lei, entra em vigor a 1º de Janeiro de 1.961, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Orlando
30 de Novembro de 1.960.

a) Pedro Gassinari Filho, Prefeito Municipal.

Eu Jaime Sozzi, Escriturário da Receita e Despesa, nesta data registrei:

a) Emílio Nonino - Chefe da Contabilidade Municipal - Reg. no CRC de SP nº 10.087

Pedro Gassinari Filho

Decreto nº 102

De 30 de Novembro de 1.960

Dispõe que se observe na execução do Orçamento do Município de Orlando, para o exercício de 1.961, a descrição constante das Tablas Explicativas da despesa anexas.

O Prefeito Municipal de Orlando, Pedro Gassinari Filho, usando de suas atribuições legais, Decreta:

Artigo 1º Na execução do Orçamento